

RESENHA

Santos, Jocélio Teles dos. O DONO DA TERRA: O CABOCLO NOS CANDOMBLÉS DA BAHIA. Salvador, 1995, Sarah Letras.

Uma instigante análise sobre o Caboclo nos candomblés da Bahia, efetivada pelo antropólogo Jocélio Telles dos Santos, chega em boa hora às nossas livrarias.

A partir da década de 70, a promoção política da questão racial e o temor de ser estigmatizado como “culturalista” têm afastado muitos jovens pesquisadores do campo tradicionalmente denominado de estudos das religiões afro-brasileiras. As citadas religiões têm servido para muitos “politizados” tornarem-se “nativos”, porém, sem o mesmo peso no plano dos estudos e pesquisas. Em síntese, excetuando os pesquisadores consagrados, raros são os nomes emergentes em tal campo. Jocélio Santos é uma dessas exceções, trazendo, com linguagem fácil e didática, amparado em sólido trabalho de campo, fecunda contribuição à presença do Caboclo nos terreiros baianos.

Constata o autor que a presença de terreiros de origem sudanesa sempre foi crescente em Salvador, devendo-se tal fenômeno à presença majoritária dos iorubanos no século XIX, bem como resultante prestígio concedido aos detentores da herança africana. E a preocupação com a matriz

africana conduziu um bom número de terreiros “de caboclo” a tornarem-se de “nação angola”. Muito pouco nos diz sobre os “candomblés de caboclo” – afinal não é o seu objetivo –, mas o bastante para indicar a sua presença desde os inícios deste século e a forte influência banto na sua configuração.

Entretanto, afirma que a diminuição dos “terreiros de caboclo” é inteiramente contrabalançada pelo crescimento da presença do Caboclo em todos os terreiros. Presente de forma absoluta nos terreiros angola; de acordo com uma veneranda ialorixá, nos terreiros Ketu, “o que mais dá é caboclo”.

Na busca de uma vertente explicativa para a presença do Caboclo nos candomblés, mesmo nos nagôs mais ortodoxos, encontra no caminho “paixões e interpretações”. Assim, reage à “teoria do sincretismo afro-ameríndio”, na medida em que os cultos aos caboclos “não revelam uma ‘fusão’ entre grupos africanos e indígenas, mas uma representação simbólica do que seria a cultura indígena para esses terreiros” (p. 13). Descarta, por sua vez, entendê-los como uma variante da estrutura jeje-nagô, pois tal hipótese, sedimentada pelos intelectuais, revela o etnocentrismo nagô e a valorização da África. Da mesma forma, relativiza a presença dos caboclos nos terreiros como resultante exclusiva do romantismo e do movimento de

1823, pois isso significa situá-lo como “simples reprodução e absorção da ideologia emergente à época colonial” (p. 26).

Em verdade, o que Jocélio Santos pretende demonstrar é que a presença de elementos “ameríndios” nos terreiros seria fruto de uma lógica interna do simbolismo religioso da cultura afro-baiana. “O Caboclo constitui uma espécie de imagem das condições em que vivem os povos das chamadas sociedades simples” (p. 55), representando em variados significados o “dono da terra”. O Candomblé recria o índio, através da categoria Caboclo e esta amplifica-se em vários elementos autóctones (Boiadeiro, Martim Pescador etc.). E no Candomblé a categoria, segundo o autor, se “totemiza”, classificando e associando as entidades que possuem alguma forma de parentesco, distinta da categoria orixá. E, se a identidade dos candomblés é marcada pela adoção do universo africano, a presença do Caboclo não a descaracteriza, nem desfaz tal identidade. Diferenciado dos orixás, como mostra Jocélio Santos em sua densa etnografia, ali está o Caboclo para enriquecer o panteão afro-baiano. E será no “passeio” com os caboclos nos terreiros da Bahia que o seu trabalho ganhará maior consistência e riqueza.

Mostrando que o “assentamento” do Caboclo se faz no mato ou na cabana, com a sua peculiar forma de representação do sagrado no espaço. Retrata, por sua vez, que embora não passando o Caboclo pelo processo de iniciação concernente aos orixás, isso não significa a ausência de rituais, inclusive com alguns terreiros “batizando” (rito iniciático) os caboclos (p. 68). Mas, se não é generalizado ou obrigatório o “batismo” para a existência dos caboclos, cuidar deles é uma regra, cuja transgressão implica em sanções graves.

Ao descrever o fenômeno da posseção, a partir do relato dos adeptos dos terreiros, ressalta que receber orixá é mais “leve”, porque o Caboclo é de “mais ação”, é “mais bravo”. Na “matança” para o Caboclo, demonstra o autor, não se canta, nem se sacrifica para Exu, tudo é para ele. Por sua vez, as partes do animal sacrificado não são cozidas, nem têm azeite: são cruas ou assadas na brasa.

Canta-se para caboclo em português ou em “língua” banto, seja qual for o terreiro. Circunstanciada é a descrição de uma festa de caboclo, com a invocação, entrada e saída das entidades. Riqueza de detalhes também vamos encontrar na etnografia da mesa de Jurema, nas sessões e nas entidades específicas e singulares que constituem determinados tipos de caboclos.

Portanto, com alegria, firmeza e (em certas entidades) “muita cachaca”, os caboclos estão presentes nos candomblés da Bahia, afinal, eles não podem faltar: são os donos da terra.

Jeferson Bacelar, professor do Depto. de Antropologia da UFBA, diretor do Centro de Estudos Afro-Orientais.

Braga, Júlio. ANCESTRALIDADE AFRO-BRASILEIRA: O CULTO DE BABÁ EGUM. 2ª ed., Salvador, 1995, Ianamá e EDUFBA.

Por ocasião do II Encontro de Nações de Candomblé foi relançado *Ancestralidade afro-brasileira: o culto de babá egum*, de Júlio Braga, antropólogo de renome internacional, doutor pela Université Nationale de Zaire.

O lançamento não poderia ser mais oportuno, tal é a sintonia entre a obra e o Encontro, ambos procurando

elucidar pontos da religião afro-brasileira menos conhecidos e divulgados, ambos obedecendo a um rigoroso sentido ético de não ferir os princípios da religião que abraçam, tanto os palestrantes do Encontro quanto o autor do livro.

Sendo ele mesmo um sacerdote, seria extremamente fácil para Júlio Braga seguir o caminho de tantos que abordaram as religiões afro-brasileiras, revelando-lhes os segredos, profanando o sagrado como se isto surtisse as suas deficiências teóricas e científicas.

Júlio Braga analisa o culto de babá egum do ponto de vista da antropologia, trazendo à tona o que realmente interessa em obra deste porte: a organização sócio-econômica, o exercício da autoridade, em suma as relações humanas, que são a base de um estudo sério e científico no campo das ciências sociais.

Em perfeita sintonia com o seu tempo, Júlio Braga, que já se afirmara com trabalhos como *O jogo de búzios no Candomblé da Bahia*, *Sociedade Protetora dos Desvalidos: uma irmandade de cor* e tantos outros que sempre fugiram ao óbvio, vê, em *Ancestralidade afro-brasileira* as transformações sofridas por uma das comunidades mais tradicionais da Bahia, “o seu ajustamento a uma nova realidade social” que, segundo ele, “revela mecanismos de surgimento de uma estrutura que preserva elementos de origem, reelaborados de acordo com novo sistema de crença que motiva e anima essas comunidades religiosas afro-brasileiras”.

Pela leitura de *Ancestralidade afro-brasileira* pode-se perceber, no entanto, que, apesar de todas as transformações ditadas pela dinâmica social, a comunidade de Ponta de Areia detém muito da tradição africana, onde o poder religioso se confunde

com o temporal, como acontece, ainda hoje, com os reis do mundo iorubá, absorvidos pelos governos republicanos como “traditional rulers”. “Assim é que a dicotomia entre o sagrado e o profano é quase imperceptível, quando a sociedade civil e a sociedade religiosa agem conjuntamente diante do mesmo acontecimento social”. Ou: “O culto de babá egum transcende os limites do espaço sagrado que lhe é naturalmente reservado para projetar na comunidade um conjunto de normas e valores de grande poder disciplinador de todas as relações sociais”. Exatamente como acontece na Nigéria de hoje, com os onis, obás, alafins e tantos outros remanescentes dos reinos iorubás.

A pesquisa histórica realizada por Júlio Braga está, também, nos moldes do que pregam tantos intelectuais africanos, na busca de uma história descolonizada da África: é óbvio que, em grande parte do trabalho, ele recorreu à tradição oral, na busca de um resgate difícil, senão impossível, através da documentação escrita.

Por fim, o conteúdo político de *Ancestralidade afro-brasileira* não pode ser desprezado, visto que traz um elemento de extrema importância para a compreensão da etnicidade do negro baiano e brasileiro, num momento em que esta etnicidade tem sido tão proclamada e nem sempre bem compreendida: a importância da nossa ancestralidade.

Ieda Machado Ribeiro dos Santos,
da Fundação Gregório de Matos.

Luz, Marco Aurélio. AGADÁ: DINÂMICA DA CIVILIZAÇÃO AFRICANO-BRASILEIRA. Salvador, 1995, SECNEB e EDUFBA.

Além de trazer enorme quantidade de informações sobre as instituições das tradições africanas no Brasil, seu universo de valores e linguagens, este livro também destaca-se em relação ao funcionamento das políticas do Estado eurocêntrico e seus desdobramentos no decorrer da nossa história.

A singularidade da abordagem reside, sobretudo, na ruptura que o autor provoca com os limites positivistas, valorizando a partir daí as narrativas do mito da tradição africana como fonte de saber universal, atemporal.

O livro é resultante de uma experiência ímpar, isto porque, Marco Aurélio Luz vivencia tanto a comunidade negra, possuindo os títulos de otum oju obá no Ilê Axé Opô Afonjá, de culto aos orixás, e de elebogi no Ilê Axipá, de culto aos ancestrais egungum; como também vivencia a academia, como mestre e doutor em Comunicação, com pós-doutorado em Ciências Sociais na Sorbonne Université de Paris V.

Atuando nos limites e no entrecruzamento desses universos da formação social brasileira, Marco Aurélio Luz também é membro da Diretoria da Sociedade de Estudos da Cultura Negra no Brasil (SECNEB), representante nacional do Conselho Consultivo do Instituto Nacional da Tradição e Cultura Afro-Brasileira (INTECAB) e membro do Núcleo de Educação Pluricultural (NEP) da Universidade do Estado da Bahia.

É autor de vários livros, dentre os quais, *Cultura negra e ideologia do recalque*, *Cultura negra em tempos pós-modernos* e *Do tronco ao opá exin*.

Neste novo livro, Marco Aurélio Luz abre a percepção do leitor para a pujança do *continuum* da civilização africana antes e durante o período colonial e neocolonial, e sublinha que o elo mais forte do sistema colonial mercantilista escravista europeu foi o capital financeiro, e a atividade mais rentável o tráfico escravista; era a pedra angular do triângulo comercial Europa, África e América.

Por outro lado, o livro nos leva a perceber que o elo mais fraco desse sistema era o próprio tráfico escravista, que proporcionava a incessante vinda dos africanos para a América, o que também propiciou a expansão constante da insurgência africano-americana, caracterizada por fatos históricos como Palmares, a independência do Haiti, os grandes quilombos da Jamaica e Cuba, e principalmente a luta de afirmação existencial cotidiana do povo negro, inviabilizando a acumulação mercantil escravista.

Desta forma, Agadá nos possibilita perceber o negro como sujeito coletivo da história, que interfere diretamente no fim do tráfico e da escravatura, além de repor nas Américas sua comunidade baseada em seus valores, linguagem e formas de sociabilidade das suas diversas tradições.

A pujança da comunidade africano-brasileira ao lado da comunidade aborígene, frente ao Estado-nação moderno eurocêntrico, caracterizam a pluralidade das nações nas Américas, assim como processos semelhantes ocorrem nos países que se formaram após a presença colonial, seja na África ou na Ásia.

Agadá aprofunda a perspectiva que trata a tensão entre o eurocentrismo da sociedade oficial e a comunidade africano-brasileira e a aborígene, mostrando-nos que é no seio dessa tensão que se dá a dinâmica histórica das formações sociais nas

Américas, para além do paradigma da luta de classes.

Essa tensão tão bem analisada por Marco Aurélio Luz, se caracteriza, por um lado, pelo colonialismo e seus desdobramentos, por estratégias de catequização, redução, repressão, recalque; e de outro, pela insurgência e afirmação existencial coletiva dos valores, linguagens e instituições da sociabilidade africano-brasileira e aborígene.

Essa luta envolve, portanto, de um lado, formas geralmente desprezadas pelos cientistas sociais, ou seja, uma dinâmica na microfísica do poder rotulada como “cultura”, que abarca as tentativas de impor valores, linguagens, relações sociais, políticas de repressão e abandono, caracterizando genocídio por uma proposição neocolonial de embranquecimento; e de outro lado, a pujante potência comunal da sociabilidade africano-brasileira.

Nos interstícios do Estado moderno, uno, positivista e iluminista, a comunalidade africano-brasileira repôs suas tradições que caracterizam a identidade de uma população, e que através de *Agadá* podemos perceber

um novo horizonte de historicidade brasileira, bem como das sociedades contemporâneas, marcadas pela pluralidade étnica e sócio-cultural.

Sem dúvida, o livro de Marco Aurélio Luz, se constitui num novo continente teórico-epistemológico que abre perspectivas para melhor compreensão das sociedades contemporâneas.

Sobre *Agadá*, assim observou o renomado escritor Michel Maffesoli: “Me parece efetivamente que este livro é um modelo de trabalho sócio-antropológico. Ele alia ao mesmo tempo um bom conhecimento histórico, uma análise pertinente da cultura, tudo a partir de uma problemática teórica das mais pertinentes. Desse ponto de vista, a sinergia entre os diversos elementos indicados fazem deste livro um trabalho dos mais prospectivos para compreender as sociedades contemporâneas”.

Agadá é o nome da espada de Ogum, com que abre os caminhos da civilização.

Narcimária Correia do Patrocínio Luz, professora da Faculdade de Educação da UNEB e doutoranda em Educação pela UFBA.